

OS SENTIDOS DA GREVE NO DISCURSO POLÍTICO: PERCORRENDO AS PISTAS DAS FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS E DISCURSIVAS

Aretuza Pereira dos Santos¹

Durante o movimento grevista da Polícia Militar do Estado da Bahia em 2012, inúmeros noticiários discutiam sobre a importância e a eficácia da Polícia Militar nas atuações cotidianas e na manutenção da ordem e segurança, bem como o caráter contraditório da população em relação às divergências de suas próprias opiniões. Contradição essa que nos direcionaram a seguinte reflexão: se a presença da polícia caracteriza a repressão, a agressão, a violência, a insegurança, o medo e a ineficiência enquanto mantenedora da ordem, paz e segurança, como se justifica o desespero, o medo, a insegurança, a tensão e o pânico que se alastram durante à vigência do movimento? A greve é uma ação social e se efetiva em decorrência da falta de cumprimento do Estado (Patrão) em assegurar os direitos e melhorias trabalhistas. A Constituição Federal do Brasil de 1988, considerada a Constituição Cidadã, garante ao Servidor Público o direito de greve. No entanto, se o direito de greve, previsto na CF/88, situa-se no Capítulo dos Direitos Sociais, que engloba a todos os cidadãos, por que razão o Servidor Público Militar não o tem? Uma falácia, talvez constitucional, ponto indispensável para a construção desta pesquisa², constitui a explícita separação entre as Forças Armadas e a Polícia Militar. No Art. 142, inciso IV, está claro que ao militar (das Forças Armadas, subordinado ao Presidente da República) é proibida a sindicalização e a greve. Em momento algum faz referência ao Policial Militar (subordinado ao Governador e forças auxiliares e reserva do Exército). Vale pontuarmos que, ao longo da história do Brasil, o direito à greve ora foi comparado a um delito criminoso ora a um direito de todos, em

¹ Mestranda em Estudos de Linguagens (UNEB), Especialista em Gestão Educacional (UCB-RJ) e Licenciada em Letras Vernáculas (UEFS). E-mail: aretuzap@yahoo.com.br

² Em desenvolvimento no Programa de Pós Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL), da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, que visa, de modo mais geral, compreender como se processa o funcionamento discursivo e as produções de sentidos em torno de dizeres que “circulam” na sociedade sobre movimentos de greve da Polícia Militar do Estado da Bahia. Sob as orientações de Rosa Helena Blanco Machado e Rodrigo Oliveira Fonseca.

decorrência de interesses de classes dominantes representantes de determinado período histórico, político e social. Com efeito, a Análise do Discurso de Linha pecheuxtiana nos permite compreender como sobre uma mesma base textual, o corpo de leis do país sobre a segurança pública e os direitos dos cidadãos, ocorrem diferentes interpretações, relacionadas às posições ideológicas em disputa na formação social.

Neste trabalho, buscamos analisar que Formação Ideológica e Discursiva regem os sentidos produzidos em dizeres enunciados por representante do governo da Bahia em relação aos movimentos grevistas da Polícia Militar no Estado. Para tanto, os recortes discursivos (Rd) foram selecionados com base na busca por pistas que ajudassem a compreender como e através de quais elementos textuais e discursivos afloram tensões entre os servidores públicos da área de segurança e o empregador, gestor estatal. Na busca também em compreender o porquê, como e sob quais condições os discursos em torno dos sentidos de greve são construídos a partir de ideologias que marcam as posições e relações sociais que englobam a Política, Polícia e Sociedade.

A perspectiva teórica da Análise do discurso pecheuxtiana compreende o discurso como o lugar onde a ideologia se materializa e o sujeito afetado pela interpelação ideológica, esta que determina a formação discursiva que autoriza os seus dizeres, sinalizando quais sentidos podem e devem ser ditos de acordo com a posição sujeito na formação social em consideração. Ela trabalha com três regiões de conhecimento científico, proposto por Pêcheux e Fuchs (PÊCHEUX; FUCHS, 2014 [1975]), que compreende o Materialismo Histórico, a Linguística³ e a Teoria do Discurso⁴. No momento, interessa-nos destacar que a partir do materialismo histórico, concepção materialista da história, iniciada por Marx e Engels, permitiu a Althusser formular a teoria das ideologias com base na história das formações sociais e nos seus modos de produção, levando em conta as lutas de classe. Por conseguinte, a ideologia

³ Compreende o estudo dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo. (PÊCHEUX; FUCHS, 2014 [1975], p.160).

⁴ Entendida como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX; FUCHS, 2014 [1975], p. 160).

reflete uma relação social que tem por objeto representações que refletem as relações sociais reais, isto é, as relações práticas que colocam os homens em relação entre si e com a natureza. Tais relações são imaginárias porque tratam de relações sociais e não de ideias e porque representam as relações materiais que se estabelecem entre os homens, não construindo as próprias relações (ALTHUSSER *apud* INDURSKY, 2013, p.23).

Dessa forma, observamos que a relação entre Grevistas e Estado sempre será marcada pela resistência e a dominação. Fedatto (2013, p.52) esclarece que a “luta de classe discursivamente é entendida como confronto de sentidos entre diferentes posições-sujeitos”. Nesse ínterim, propomos uma sucinta análise de que Formação Ideológica e Discursiva regem os sentidos produzidos em dizeres enunciados por representante do governo da Bahia em relação aos movimentos grevistas da polícia militar no Estado, buscando perceber as diferentes posições sujeito em relação à forma-sujeito da formação discursiva dominante. Utilizamos, por *corpus* de análise, recortes que constituíram as entrevistas coletivas concedidas à imprensa e à ALBA proferidas pelo então governador da Bahia, no período de greve da PMBA, ocorrida no ano de 2012.

Sabemos que toda prática discursiva está interligada às Formações discursivas (FD) que representam na linguagem as formações ideológicas. Segundo Pêcheux (2009 [1975] p. 150), “todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma de sujeito*⁵”. Orlandi (2009, p. 50) afirma que “a forma-sujeito que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso”, Logo, todo sujeito agente de uma prática discursiva estará atrelado ao complexo das FDs e submisso a uma ideologia. Com efeito, a interpelação ideológica ocorrerá pela identificação do sujeito com a FD que o domina, e pressupõe o desdobramento desse sujeito que se caracteriza pela reduplicação da identificação e marca a heterogeneidade da FD. O desdobramento assume diferentes modalidades de assujeitamento que se distinguem pela identificação, contra-identificação e a desidentificação do ‘sujeito da enunciação’ - o sujeito do discurso, aquele que ‘toma posição’ -, e o ‘sujeito

⁵ A forma-sujeito é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo agente das práticas sociais, como por exemplo, existiu a forma-sujeito medieval, forma-sujeito religioso, forma-sujeito de direito etc.

universal', a forma-sujeito. No momento, interessa-nos discutir a superposição e o distanciamento. Pêcheux (2009 [1975], p. 160) elucida que a tomada de posição “é resultante de um retorno do ‘Sujeito’ no sujeito [...] O ‘desdobramento’ do sujeito - como ‘tomada de consciência’ de seus ‘objetos’ - é uma reduplicação da identificação”. E, esse mesmo desdobramento

corresponde à relação entre o pré-construído (o ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a formada universalidade - o ‘mundo das coisas’) e articulação ou efeito-transverso (que constitui o sujeito em sua relação com o sentido, isto é, representa no interdiscurso aquilo que determina a dominação da forma-sujeito) (PÊCHEUX, 2009 [1975] pp. 198-199).

Sendo assim, a tomada de posição se dá em relação à forma-sujeito, entendê-la como dotada de unicidade corresponde a entender também homogeneamente a FD correlata. Pêcheux (2009 [1975]) assegura que

a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora de unicidade(imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (pré-construído e processo de articulação) que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são reinscritos no discurso do próprio sujeito (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 150).

Vale realçarmos que a partir do interdiscurso as modalidades de assujeitamento poderão ser analisadas. De acordo com Pêcheux, a primeira modalidade

consiste numa superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “livremente consentido”: essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, realiza seus efeitos “em plena liberdade” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 199, grifos do autor).

Para Indursky (2011, p.83) “essa superposição revela uma identificação plena, dotada de unicidade imaginária, do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que o afeta”. “Pensar a forma-sujeito dotada de unicidade implica, de imediato,

entender a formação discursiva fechada e homogênea” (INDURSKY, 2002, p.03).
Vejamos,

Rd1 - Estamos tomando todas as providências para garantir a segurança dos nossos cidadãos. **Agimos** imediatamente, e com **todo rigor**, para **conter as ações de um grupo de policiais** que, usando métodos condenáveis e difundindo o medo na população, **chegou a causar desordem em alguns pontos do nosso estado** [...] **Estamos abertos ao diálogo**. Mas o que **não aceito** é que um pequeno grupo, de forma irresponsável, **cometa atos de desordem para assustar a população**. **Continuarei firme contra este tipo de atitude** (WAGNER, 2012a, grifos nossos).

O enunciado advém do recorte discursivo extraído do primeiro pronunciamento oficial do então governador da Bahia, o representante do Estado, que fora produzido em horário ‘nobre’ nas redes televisivas e radiofônicas, três dias após a deflagração do movimento grevista da PMBA em 2012. Tal pronunciamento, além de objetivar tranquilizar a população baiana diante do clima de insegurança gerada pela greve, ressaltou seu prestígio perante a presidenta da república e sua atuação enérgica à defesa da democracia. Vale salientarmos que a greve de 2012 causou grande desgaste político ao governo do PT. Doze mandados de prisão foram expedidos contra policiais militares que lideraram o movimento, os quais foram acusados de formação de quadrilha e roubo de patrimônio público (carros da corporação).

No enunciado supracitado, constatamos certo funcionamento discursivo em que demonstra uma superposição, isto é, uma identificação, entre o “sujeito da enunciação” e o “sujeito universal” da FD que revela saberes de como o Estado necessita se mostrar forte e se defender de “aventura antidemocrática” (WAGNER, 2012b). Ao reformularmos **Rd1** [**Agimos rigorosamente para conter as ações de um grupo de policiais que chegou a causar desordem em alguns pontos do nosso estado**] e [**Não aceito é que um pequeno grupo cometa atos de desordem para assustar a população**], percebemos a pertinência de Lagazzy (1988, p.16) ao fazer a seguinte consideração “nas sociedades de estado, portanto, as relações de poder estão diretamente ligadas a coerção, são ‘relações hierarquizadas e autoritárias de comando-obediência’. A relação jurídica que se estabelece nessas sociedades torna-se coercitivas”. As ocorrências lexicais sintagmáticas: *agir, rigor,*

conter, não aceito, firme, contra, denotam determinadas cargas ideológicas que apontam a um campo semântico em torno de uma ideologia autoritária, nesse caso, compreendemos, no processo enunciativo, uma submissão a uma ideologia autoritária e assujeitamento às práticas de dominação capitalista. O funcionamento do processo de designação do movimento de greve como [*ações que causam desordem*] e [*atos que causam desordem*], bem como designar os mais de 10 mil policiais que aderiram à greve a [*pequeno grupo de policiais*] está significando no campo semântico da irresponsabilidade, vandalismo e terrorismo, evidenciando sentidos negativos à ação reivindicatória, utilizando-se estrategicamente do processo metonímico da ‘parte pelo todo’. Assim, nas produções discursivas, tendo em vista a relação de atributos que competem a um chefe de Estado e efeito-sujeito mediante a situação de conflito, podemos afirmar que houve uma superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal.

A segunda modalidade caracteriza o discurso do “mau sujeito”,

discurso no qual o sujeito da enunciação “se volta” contra o sujeito universal por meio de uma “tomada de posição” que consiste em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta..) com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar”: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno [...] Em suma, o sujeito, “mau sujeito”, “mau espírito” se *contra-identifica* com a formação discursiva que lhe é imposta pelo “interdiscurso” como determinação exterior de sua interioridade subjetiva [...] (PÊCHEUX, 2009 [1975], pp. 199-200, grifos do autor).

Dessa citação, destacamos que o sujeito da enunciação ao se posicionar questiona determinadas “evidências” que lhes são impostas pelos sempre-já-aí da interpelação ideológica, que povoa as nossas zonas de esquecimento, permitindo a si próprio contradizer parcialmente e não reduplicar plenamente o saber da FD que o domina. Observemos os enunciados, a seguir

Rd2 - Folha: A Aspra tem o controle do movimento. **O sr. já foi sindicalista. Não é um equívoco não negociar com quem lidera?**

Governador J.W: Não acho que a categoria tenha apreço por essa liderança. Ninguém do governo vai receber o presidente da Aspra, Marco

Prisco. Ele está com ordem de prisão decretada [...]. **Não tem acordo. Estou falando até como ex-grevista** [...] (WAGNER, 2012c, p. 1).

A entrevista fora produzida durante o movimento grevista da PMBA em 2012, concedida pelo então governador ao jornal Folha de São Paulo, correspondente 'A Tarde' em Salvador, cuja chamada "**Governador da Bahia nega ter sido omissos na greve dos policiais e afirma que não dará reajuste ao movimento**". Ao reformularmos resumidamente a interrogativa do Jornal Folha, percebermos a tensão e impasses que povoaram o movimento no período e um saber que autoriza a formulação: **O governador foi sindicalista. O governo não negocia com a Aspra que tem o controle do movimento, logo não negociar com quem lidera não é um equívoco?** A produção discursiva dessa interrogativa, se p *então* q, revela um saber, um retorno interdiscursivo "aquilo que todo mundo sabe e pode ver" a respeito das normas que subjaz os princípios sindicalista, bem como a notória postura em não negociar. Por outro lado, a produção discursiva do governo demonstra, através das repostas impositivas "*Não acho que a categoria tenha apreço por essa liderança. Ninguém do governo vai receber o Prisco. Não tem acordo. Estou falando até como ex-grevista*", um funcionamento que contesta (comportamento de pessoas que não respeitam regras, autoridades ou outras pessoas) ao se posicionar com a forma-sujeito, sujeito universal, da FD que o afeta inconscientemente. A formulação da interrogativa "*o sr. já foi sindicalista. Não é um equívoco não negociar com quem lidera?*", se p *então* q, mobiliza sentidos que retomam os já-ditos já instituídos historicamente sobre as normas e propriedades de uma FD sindicalista. Por consequência, a produção de efeito de sentidos de intransigência e inflexibilidade aliada ao retorno em si mesmo pelo reconhecimento de ex-grevista evidenciam uma separação entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal. Dessa forma, temos, no exemplo, um "mau sujeito", uma vez que mesmo assumindo sua identificação com a posição de sindicalista no passado, passa a negá-la, a distanciá-la de sua interioridade subjetiva quando requisitado a ação do seu saber sindicalista. Ademais sobressai também nas construções certa resistência ao diálogo que contraria as diversas afirmações de "*estar sempre aberto ao diálogo*".

CONSIDERAÇÕES

Ao observar o discurso político, no que diz respeito à relação conflituosa que se estabelece entre o Estado e Servidor Público Militar, sobretudo, quando o assunto gira em torno de movimentos reivindicatórios, leva-nos hipoteticamente a perceber que as regularidades discursivas marcadas pelos embates ideológicos percorrem ciclicamente os limites espaço-tempo. Até o momento, tem sido possível perceber, confrontando as diversas materialidades linguístico-discursivas, diferentes posições sujeito em relação à forma sujeito da formação discursiva em conta, vindo a evidenciar que o sentido das palavras é determinado pelas posições ideológicas no processo de identificação-interpelação. A exemplo, os discursos de líderes governamentais mobilizam sentidos de força, rigor, dureza, rigidez em situações de greve. Não importa a qual partido pertença, a ideologia interpelará.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Presença Editorial / Martins Fontes, 1980 Trad: Joaquim José de Moura Ramos.

BARONAS, R. L (Org). *Análise de Discurso: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

COURTINE, J.J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*: EDUFSCAR, 2009.

_____. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. São Carlos: Claraluz, 2006.

FEDATTO, C. *Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileiras*. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

_____. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, R. (Org.). *Análise do Discurso: Apontamento para uma história da noção-conceito de Formação Discursiva*. São Carlos, SP: Pedro&João, 2011.

_____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra;

CAZARIN, Ercília (Orgs.). *Práticas Discursivas e identitárias*; Sujeito & Língua. Porto Alegre, Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008. (Col. Ensaios, 22).

LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.

_____. *Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia*. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX & FUCHS (1975). A propósito da Análise Automática do Discurso. In : GADET & HAK (org). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 2014 [1975].

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni P. Orlandi et al. Campinas: Unicamp, 2009 [1975].

WAGNER, J. *Pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia*. Salvador, 03 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PQs7Kc7m-hA>. Acesso em: 03 fev. 2012a.

WAGNER, J. *SESSÃO SOLENE de instalação dos trabalhos da 2ª sessão legislativa*, ALBA, 15 de fevereiro de 2012b. Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/imagensAlbanet/PDFsSessao/splena15022012solenedeabertura.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2013.

WAGNER, J. “Governador da Bahia nega ter sido omissivo na greve dos policiais e afirma que não dará reajuste ao movimento. [04 de fevereiro de 2012c] Salvador: *Agência Folha de São Paulo*. Entrevista concedida a Claudionor Junior. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/24300-nao-vou-dar-anistia-nem-negociar-com-pm-bandido.shtml>. Acesso 4.fev.2012.